

SÍMBOLOS NACIONAIS - ARTIGO 13

“A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”.

Na Constituição de 1967 não havia qualquer menção expressa de que a língua portuguesa era a oficialmente adotada no Brasil. Porém, ela estava implícita em algumas normas, como por exemplo, na obrigatoriedade do ensino primário ser ministrado em português. Outro exemplo é que havia exigência para o eleitor saber se exprimir em nossa língua sob pena de ser inalistável.

São Símbolos Nacionais: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

De acordo com a Lei nº 6.913 de 1981, toda e qualquer violação dos Símbolos da República Federativa do Brasil, constitui contravenção penal. As formas e os usos dos Símbolos Nacionais são regulamentados pela Lei nº 5.700. Os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

1º BANDEIRA NACIONAL = É um símbolo nacional (conhecido no mundo), pois, representa a pátria. Onde se encontrar a Bandeira Nacional, ali se encontra a pátria representada. Por isso, a Bandeira Nacional precisa ser amada e respeitada pelos brasileiros. O nosso céu, o solo, o mar, o povo brasileiro, nosso lar, nossos antepassados, nossa língua, costumes e cultura, são valores representados e lembrados pela Bandeira Nacional. Ela pode ser utilizada em todas as solenidades oficiais e em outras ocasiões que tenham por finalidade a manifestação do patriotismo. Para o seu uso, existem certas

determinações legais: o horário de hasteamento é das 08h00min às 18h00min. À noite somente com iluminação adequada; obrigatoriedade de hasteamento (nos dias de festa ou de luto nacional – neste caso a meio-pau –); posição de hasteamento (central ou mais próximo possível do centro e à direita do centro quando estiver colocada ao lado de outras); desfile ou formatura (conduzida à frente, posição de destaque as outras) e proibição de uso (mau estado de conservação, propaganda, enfeites em roupas, ou em qualquer outro lugar sem caráter oficial).

2º HINO NACIONAL = Outro símbolo importantíssimo da nossa pátria. Foi oficializado como hino nacional brasileiro somente em 1890. O atual poema de Joaquim Osório Duque Estrada é a terceira letra do Hino Nacional. As anteriores (duas) não chegavam, em beleza poética e expressão patriótica, nem perto desta que foi oficializada em 1922. O Hino Nacional exalta nosso passado, a independência, o céu brasileiro, a grandeza territorial, o futuro promissor e a bandeira. O Hino Nacional deve ser cantado inteiro em uma só voz; além das ocasiões regulamentadas por lei pode ser cantado e tocadas na abertura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas (sentido patriótico), etc.; devemos respeito quando da sua execução.

3º ARMAS NACIONAIS = Constituem outro emblema nacional. O brasão das armas nacionais representa a honra, a nobreza, a força e a glória da pátria brasileira. As Armas Nacionais figuram nos edifícios do Governo Federal e nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações de nível federal.

4º SELO NACIONAL = Outro símbolo com o mesmo valor de todos os outros, é usado para autenticar (carimbo – reconhecer como verdadeiro) os atos do governo, assim como os diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

OBSERVAÇÕES:

(1ª) = Nenhuma Constituição brasileira, exceto a Constituição de 1988, anuncia textualmente, qual a língua nacional do Brasil: “a língua nacional do Brasil é a portuguesa”. Embora o texto constitucional indica a língua portuguesa, como nacional do Brasil, não há impedimento explicitado, de que os silvícolas (índios)

utilizem em suas tribos, ou mesmo fora delas, a língua de suas nações (indígenas).

(2ª) = A Constituição de 1988, não permite aumentar e tampouco diminuir o elenco dos símbolos nacionais, tendo em vista que a disposição constitucional é exaustiva, vale dizer, faz parte do elenco das cláusulas pétreas.

(3ª) = A utilização dos símbolos nacional, qualquer que seja, é privativa das entidades públicas, sendo proibido sua utilização fora dos casos previstos em legislação própria (veremos a seguir) ou em papéis ou documentos que não sejam oficiais. Existe exceção quando festividades.

(4ª) = A Constituição Federal de 1988 não trouxe nenhuma novidade sobre os símbolos nacionais, em razão da Carta Constitucional de 1967 que possibilitou também ao Distrito Federal contar com estes símbolos. A Constituição Federal de 1946, maior de todas, facultava aos Estados e Municípios a adoção de símbolos próprios.

(5ª) = Quanto aos símbolos (simbologia) acima explicados, para um melhor entendimento e para um estudo mais aprofundado sobre o tema, aconselhamos a leitura (minuciosa) da lei que se encontra no final deste trabalho (seja na 6ª observação).

(6ª) = Símbolos Nacionais nas Constituições brasileiras:

Na CONSTITUIÇÃO (CARTA) DE 1937: Artigo 2º A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.

Na CONSTITUIÇÃO DE 1946: Artigo 195 = São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição. Parágrafo Único. Os Estados e os Municípios podem ter símbolos próprios.

Na CONSTITUIÇÃO (CARTA) DE 1967: Artigo 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (§2º) É símbolo nacional a bandeira e o hino vigente na data da promulgação desta Constituição e

outros estabelecidos em lei. Artigo 8º Compete à União: (XVII) Legislar sobre:
(s) Uso dos símbolos nacionais;

Na CONSTITUIÇÃO (ATO INSTITUCIONAL) DE 1969: Artigo 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (§2º) É símbolo nacional a bandeira e o hino vigente na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei. Artigo 8º Compete à União: (XVII) Manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional; (s) Símbolos nacionais;

(a seguir a legislação apropriada)...

LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971

(Apresentação modificada pelo autor da página para melhor visualização – Lei na Íntegra).

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Artigo 1º São Símbolos Nacionais, e inalteráveis:

I - a Bandeira Nacional;

II - o Hino Nacional;

III - as Armas Nacionais;

IV - o Selo Nacional.

(Modificações feitas pela Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

CAPÍTULO II

DA FORMA DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Seção I

DOS SÍMBOLOS EM GERAL

Artigo 2º Consideram-se padrões dos Símbolos Nacionais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presente Lei.

Seção II

DA BANDEIRA NACIONAL

Artigo 3º A Bandeira Nacional, adotada pelo decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com as modificações feita da Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968 (Anexo nº 1) fica alterada na forma do Anexo I desta lei, devendo ser atualizada sempre que ocorrer a criação ou a extinção de Estados. (Refere-se à Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste. (Modificação feita pela Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

§ 2º Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõe o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. (Modificação feita pela Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

§ 3º Serão suprimidas da Bandeira Nacional as estrelas correspondentes aos Estados extintos, permanecendo a designada para representar o novo Estado, resultante de fusão, observado, em qualquer caso, o disposto na parte final do parágrafo anterior.

Artigo 4º A Bandeira Nacional em tecido, para as repartições públicas em geral, federais, estaduais, e municipais, para quartéis e escolas públicas e particulares, será executada em um dos seguintes tipos: **tipo 1**, com um pano de 45 centímetros de largura; **tipo 2**, com dois panos de largura; **tipo 3**, três panos de largura; **tipo 4**, quatro panos de largura; **tipo 5**, cinco panos de largura; **tipo 6**, seis panos de largura; **tipo 7**, sete panos de largura.

Parágrafo único. Os tipos enumerados neste artigo são os normais. Poderão ser fabricados tipos extraordinários de dimensões maiores, menores ou intermediárias, conforme as condições de uso, mantidas, entretanto, as devidas proporções.

Relações entre as estrelas e os estados da Federação

Acre Gama da Hidra Fêmea

Amapá Beta do Cão Maior

Amazonas Procyon (Alfa do Cão Menor)

Pará Spica (Alfa da Virgem)

Maranhão..... Beta do Escorpião

Piauí..... Antares (Alfa do Escorpião)

Ceará	Epsilon do Escorpião
Rio Grande do Norte	Lambda do Escorpião
Paraíba	Capa do Escorpião
Pernambuco.....	Mu do Escorpião
Alagoas.....	Teta do Escorpião
Sergipe	Iotá do Escorpião
Bahia.....	Gama do Cruzeiro do Sul
Espírito Santo	Epsilon do Cruzeiro do Sul
Rio de Janeiro.....	Beta do Cruzeiro do Sul
São Paulo	Alfa do Cruzeiro do Sul
Paraná	Gama do Triângulo Austral
Santa Catarina	Beta do Triângulo Austral
Rio Grande do Sul	Alfa do Triângulo Austral
Minas Gerais.....	Delta do Cruzeiro do Sul
Goiás	Canopus (Alfa de Argus)
Mato Grosso	Sirius (Alfa do Cão Maior)
Mato Grosso do Sul	Alfard (Alfa da Hidra Fêmea)
Rondônia	Gama do Cão Maior
Roraima	Delta do Cão Maior
Tocantins	Epsilon do Cão Maior
Brasília (DF).....	Sigma do Oitante

Artigo 5º A feitura da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes regras (Anexo nº 2):

I - Para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerado, um medido ou módulo.

II - O comprimento será de vinte módulos (20M).

III - A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7M).

IV - O círculo azul no meio do losango amarelo terá o raio de três módulos e meio (3,5M).

V - O centro dos arcos da faixa branca estará dois módulos (2M) à esquerda do ponto do encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo (ponto C indicado no Anexo nº 2).

VI - O raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5M).

VII - A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5M).

VIII - As letras da legenda Ordem e Progresso. serão escritas em cor verde. Serão colocadas no meio da faixa branca, ficando, para cima e para baixo, um espaço igual em branco. A letra (P) ficará sobre o diâmetro vertical do círculo. A distribuição das demais letras far-se-á conforme a indicação do Anexo nº 2. As letras da palavra Ordem e da palavra Progresso terão um terço de módulo (0,33M) de altura. A largura dessas letras será de três décimos de módulo (0,30M). A largura dessa letra será de um quarto de módulo (0,25M).

IX - As estrelas serão de 5 (cinco) dimensões: de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta grandezas. Devem ser traçadas dentro de círculos cujos diâmetros são de três décimos de módulo (0,30M) para as de primeira grandeza; de um quarto de módulo (0,25M) para as de segunda grandeza; de um quinto de módulo (0,20M) para as de terceira grandeza; de um sétimo de módulo (0,14M) para as de quarta grandeza; e de um décimo de módulo (0,10M) para a de quinta grandeza.

X - As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente), sendo vedado fazer uma face como anverso da outra.

Seção III

DO HINO NACIONAL

Artigo 6º O Hino Nacional é composto da música de Francisco Manoel da Silva e do poema de Joaquim Osório Duque Estrada, de acordo com o que dispõem os Decretos nº 171, de 20 de janeiro de 1890, e nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, conforme consta dos Anexos nºs 3, 4, 5, 6 e 7.

Parágrafo único. A marcha batida, de autoria do mestre de música Antão Fernandes, integrará as instrumentações de orquestra e banda, nos casos de

execução do Hino Nacional, mencionados no inciso I do artigo 25 desta Lei, devendo ser mantida e adotada a adaptação vocal, em fá maior, do maestro Alberto Nepomuceno.

Seção IV

DAS ARMAS NACIONAIS

Artigo 7º As Armas Nacionais são as instituídas pelo Decreto nº 4, de 14 de novembro de 1889 com a alteração feita pela Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968 (Anexo nº 8).

Artigo 8º A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura e atender às seguintes disposições:

I - o escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional. (Modificação feita pela Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

II - O escudo ficará pousado numa estrela partida-gironada de 10 (dez) peças de sinopla e ouro, bordada de 2 (duas) tiras, a interior de goles e a exterior de ouro.

III - O todo brocante sobre uma espada, em pala, empunhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro, que é de goles e contendo uma estrela de prata figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra, ambos da própria cor, atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas.

IV - Em listel de blau, brocante sobre os punhos da espada, inscrever-se-á, em ouro, a legenda República Federativa do Brasil, no centro, e ainda as expressões “15 de novembro”, na extremidade destra. e as expressões “de 1899”, na sinistra.

Seção V

DO SELO NACIONAL

Artigo 9º O Selo Nacional será constituído, de conformidade com o Anexo nº 9, por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras República Federativa do Brasil, para a feitura do Selo Nacional observar-se-á o seguinte:

I - Desenham-se 2 (duas) circunferências concêntricas, havendo entre os seus raios a proporção de 3 (três) para 4 (quatro).

II - A colocação das estrelas, da faixa e da legenda Ordem e Progresso no círculo interior obedecerá às mesmas regras estabelecidas para a feitura da Bandeira Nacional.

III - As letras das palavras República Federativa do Brasil terão de altura um sexto do raio do círculo interior, e, de largura, um sétimo do mesmo raio.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Seção I

DA BANDEIRA NACIONAL

Artigo 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

Artigo 11. A Bandeira Nacional pode ser apresentada:

I - Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, escritórios, salas de aula auditórios, embarcações, ruas e praças, e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito.

II - Distendida e sem mastro, conduzida por aeronaves ou balões, aplicada sobre a parede ou presa a um cabo horizontal ligando edifícios, árvores, postes ou mastros.

III - Reproduzida sobre paredes, tetos, vidraças, veículos e aeronaves.

IV - Composto, com outras bandeiras, panóplias, escudos ou peças semelhantes.

V - Conduzida em formaturas, desfiles, ou mesmo individualmente.

VI - Distendida sobre ataúdes, até a ocasião do sepultamento.

Artigo 12. A Bandeira Nacional estará permanentemente no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes de Brasília, no Distrito Federal, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro.

§ 1º A substituição dessa Bandeira será feita com solenidades especiais no primeiro domingo de cada mês, devendo o novo exemplar atingir o topo do mastro antes que o exemplar substituído comece a ser arriado.

§ 2º Na base do mastro especial estarão inscritos exclusivamente os seguintes dizeres:

“Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto - visão permanente da Pátria”.

Artigo 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional;

I - No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República.

II - Nos edifícios - sede dos Ministérios.

III - Nas Casas do Congresso Nacional.

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos.

V - Nos edifícios - sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

VI - Nas Prefeituras e Câmaras Municipais.

VII - Nas repartições federais, estaduais e municipais situadas na faixa de fronteira.

VIII - Nas Missões Diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares de carreira, respeitados os usos locais dos países em que tiverem sede.

IX - Nas unidades da Marinha Mercante, de acordo com as Leis e Regulamentos da navegação, polícia naval e praxes internacionais.

Artigo 14. Hasteia-se, obrigatoriamente, a Bandeira Nacional, nos dias de festa ou de luto nacional. em todas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos.

Parágrafo único. Nas escolas Públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

Artigo 15. A Bandeira Nacional pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 1º Normalmente faz-se o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

§ 2º No dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, o hasteamento é realizado às 12 horas, com solenidades especiais.

§ 3º Durante a noite a Bandeira deve estar devidamente iluminada.

Artigo 16. Quando várias bandeiras são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o tope e a última a dele descer.

Artigo 17. Quando em funeral, a Bandeira fica a meio-mastro ou a meia-adriça. Nesse caso, no hasteamento ou arriamento, deve ser levada inicialmente até o tope. Parágrafo único. Quando conduzida em marcha. Indica-se o luto por um laço de crepe atado junto à lança.

Artigo 18. Hasteia-se a Bandeira Nacional em funeral nas seguintes situações, desde que não coincidam com os dias de festa nacional:

I - Em todo o País, quando o Presidente da República, decretar luto oficial.

II - Nos edifícios - sede dos poderes legislativos federais, estaduais ou municipais, quando determinado pelos respectivos presidentes. por motivo de falecimento de um de seus membros.

III - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Justiça estaduais, quando determinado pelos respectivos presidentes, pelo falecimento de um de seus ministros ou desembargadores.

IV - Nos edifícios - sede dos Governos dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, por motivo do falecimento do Governador ou Prefeito, quando determinado luto oficial pela autoridade que o substituir.

V - Nas sedes de Missões Diplomáticas, segundo as normas e uso do país em que estão situadas.

Artigo 19. A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra, compreendido como uma posição:

I - Central ou a mais próxima do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes.

II - Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles.

III - À direita de tribunas, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.

Parágrafo único. Considera-se direita de um dispositivo de bandeiras a direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a platéia ou, de modo geral, para o público que observa o dispositivo.

Artigo 20. A Bandeira Nacional, quando não estiver em uso, deve ser guardada em local digno.

Artigo 21. Nas repartições públicas e organizações militares, quando a Bandeira é hasteada em mastro colocado no solo, sua largura não deve ser maior que 1/5 (um quinto) nem menor que 1/7 (um sétimo) da altura do respectivo mastro.

Artigo 22. Quando distendida e sem mastro, coloca-se a Bandeira de modo que o lado maior fique na horizontal e a estrela isolada em cima, não podendo ser ocultada, mesmo parcialmente, por pessoas sentadas em suas imediações.

Artigo 23. A Bandeira Nacional nunca se abate em continência.

Seção II

DO HINO NACIONAL

Artigo 24. A execução do Hino Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

I - Será sempre executado em andamento metronômico de uma semínima igual a 120 (cento e vinte).

II - É obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução instrumental simples.

III - Far-se-á o canto sempre em uníssono.

IV - Nos casos de simples execução instrumental, tocar-se-á a música integralmente, mas sem repetição; nos casos de execução vocal, serão sempre cantadas as duas partes do poema.

V - Nas continências ao Presidente da República, para fins exclusivos do Cerimonial Militar, serão executados apenas a introdução e os acordes finais, conforme a regulamentação específica.

Artigo 25. Será o Hino Nacional executado:

I - Em continência à Bandeira Nacional e ao Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; e nos demais casos expressamente determinados pelos regulamentos de continência ou cerimônias de cortesia internacional.

II - Na ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional previsto no Parágrafo único do artigo 14.

§ 1º A execução será instrumental ou vocal de acordo com o cerimonial previsto em cada caso.

§ 2º É vedada a execução do Hino Nacional em continência, fora dos casos previstos no presente artigo.

§ 3º Será facultativa a execução do Hino Nacional na abertura de sessões civis, nas cerimônias religiosas a que se associe sentido patriótico, no início ou no encerramento das transmissões diárias das emissoras de rádio e televisão, bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas. § 4º - Nas cerimônias em que se tenha de executar um Hino Nacional Estrangeiro, este deve, por cortesia, preceder o Hino Nacional Brasileiro.

Seção III

DAS ARMAS NACIONAIS

Artigo 26. É obrigatório o uso das Armas Nacionais:

I - No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República.

II - Nos edifícios - sede dos Ministérios.

III - Nas Casas do Congresso Nacional.

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos.

V - Nos edifícios - sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

VI - Nas Prefeituras e Câmaras Municipais.

VII - Na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais.

VIII - Nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra. (Modificação feita pela Lei nº 8.421 de 11 de Maio de 1992).

IX - Na frontaria, ou no salão principal das escolas públicas.

X - Nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações oficiais de nível federal.

Seção IV

DO SELO NACIONAL

Artigo 27. O Selo Nacional será usado para autenticar os atos de governo e bem assim os diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

CAPÍTULO IV

DAS CORES NACIONAIS

Artigo 28. Considera-se cores nacionais o verde e o amarelo.

Artigo 29. As cores nacionais podem ser usadas sem quaisquer restrições, inclusive associadas a azul e branco.

CAPÍTULO V

DO RESPEITO DEVIDO À BANDEIRA NACIONAL

E AO HINO NACIONAL

Artigo 30. Nas cerimônias de hasteamento ou arriamento, nas ocasiões em que a Bandeira se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino Nacional, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em

silêncio, os civis do sexo masculino com a cabeça descoberta e os militares em continência, segundo os regulamentos das respectivas corporações.

Parágrafo único. É vedada qualquer outra forma de saudação.

Artigo 31. São consideradas manifestações de desrespeito à Bandeira Nacional, e portanto proibidas:

I - Apresentá-la em mau estado de conservação.

II - Mudar-lhe a forma, as cores, as proporções, o dístico ou acrescentar-lhe outras inscrições.

III - Usá-la como roupagem, reposteiro, pano de boca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna, ou como cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar.

IV - Reproduzi-la em rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda.

Artigo 32. As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar.

Artigo 33. Nenhuma bandeira de outra nação pode ser usada no País sem que esteja ao seu lado direito, de igual tamanho e em posição de realce, a Bandeira Nacional, salvo nas sedes das representações diplomáticas ou consulares.

Artigo 34. É vedada a execução de qualquer arranjos vocais do Hino Nacional, a não ser o de Alberto Nepomuceno; igualmente não será permitida a execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Nacional que não sejam autorizados pelo Presidente da República, ouvido o Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Artigo 35. A violação de qualquer disposição da presente lei, excluída os casos previstos no artigo 44 do Decreto-lei nº 808, de 29 de setembro de 1969, sujeita o infrator à multa de 1 (uma) a 4 (quatro) vezes o maior salário mínimo em vigor, elevada ao dobro nos casos de reincidência.

Artigo 36. A autoridade policial que tomar conhecimento da infração de que trata o artigo anterior, notificará o autor para apresentar defesa no prazo de

72 (setenta e duas) horas, findo o qual proferirá a sua decisão, impondo ou não a multa.

§ 1º A autoridade policial, antes de proferida a decisão, poderá determinar a realização, dentro do prazo de 10 (dez) dias, de diligências esclarecedoras, se julgar necessário ou se a parte o requerer.

§ 2º Imposta a multa, e uma vez homologada a sua imposição pelo juiz, que poderá proceder a uma instrução sumária, no prazo de 10 (dez) dias, far-se-á a respectiva cobrança, ou a conversão em pena de detenção, na forma da lei penal.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37. Haverá nos Quartéis-Generais das Forças Armadas, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de Música, nas embaixadas, delegações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitânias de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais, uma coleção de exemplares-padrão dos Símbolos Nacionais, a fim de servirem de modelos obrigatórios para a respectiva feitura, constituindo o instrumento de confronto para a aprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular.

Artigo 38. Os exemplares da Bandeira Nacional e das Armas Nacionais não podem ser postos à venda, nem distribuídos gratuitamente sem que tragam na tralha do primeiro e no reverso do segundo a marca e o endereço do fabricante ou editor, bem como a data de sua feitura.

Artigo 39. É obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, dos primeiro e segundo graus.

Artigo 40. Ninguém poderá ser admitido no serviço público sem que demonstre conhecimento do Hino Nacional.

Artigo 41. O Ministério da Educação e Cultura fará a edição oficial definitiva de todas as partituras do Hino Nacional e bem assim promoverá a

gravação em discos de sua execução instrumental e vocal, bem como de sua letra declamada.

Artigo 42. Incumbe ainda ao Ministério da Educação e Cultura organizar concursos entre autores nacionais para a redução das partituras de orquestras do Hino Nacional para orquestras restritas.

Artigo 43. O Poder Executivo regulará os pormenores de cerimonial referentes aos Símbolos Nacionais.

Artigo 44. O uso da Bandeira Nacional nas Forças Armadas obedece as normas dos respectivos regulamentos, no que não colidir com a presente Lei.

Artigo 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a de nº 5.389, de 22 de fevereiro de 1968, a de nº 5.443, de 28 de maio de 1968, e demais disposições em contrário.